

HABEAS CORPUS Nº 493.680 - MS (2019/0044321-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : FERNANDO CORTES DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local no Agravo em Execução n. 0039596-51.2018.8.12.0001.

A Defensoria Pública requer, em liminar, a declaração de **comutação** das penas do paciente, com base no **Decreto Presidencial n. 9.246/2017**, uma vez que a legislação, em seus arts. 3º e 4º, nada menciona acerca da necessidade de "o reeducando estar em gozo do regime aberto" (fl. 6).

Decido.

Não verifico a plausibilidade jurídica do pedido.

Consoante o entendimento pacífico deste Superior Tribunal, os requisitos necessários à comutação de penas são aqueles taxativamente previstos no decreto presidencial de regência. O art. 8º do Decreto n. 9.246/2017 dispõe, *in verbis*:

Art. 8º Os requisitos para a concessão do indulto natalino e da comutação de pena de que trata este Decreto são aplicáveis à pessoa que:

I - teve a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos;

II - **esteja cumprindo a pena em regime aberto;**

III - tenha sido beneficiada com a suspensão condicional do processo; ou

IV - esteja em livramento condicional.

Desse modo, não se verifica ilegalidade flagrante no aresto estadual, que consignou: "o agravante, quando da expedição do decreto natalino, estava cumprindo pena em **regime semiaberto**, de modo que não faz jus ao benefício" (fl. 70).

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações atualizadas ao Juiz da VEC. Depois da resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

